

Comunicação, identidade e artesanato: rede de relacionamentos na Associação de Artesãos Flor-de-Lis de Caaporã

Communication, Identity and Handicraft: Network Relationships of Caaporã Association of Artisans Flor-de-Lis

Emanuelle Silva de Santana
Universidade Federal Rural de Pernambuco (Brasil)
santana.geo9@gmail.com

Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida
Universidade Federal Rural de Pernambuco (Brasil)
ataide@hotlink.com.br

Fecha de recepción: 15 de septiembre de 2016

Fecha de recepción evaluador: 20 de octubre de 2016

Fecha de recepción corrección: 1 de noviembre de 2016

Resumo

O proposto artigo é produto de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Tem como objetivo compreender, pelo viés do capital social, a contribuição da Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã – PB para o desenvolvimento local. Para tanto, foram utilizadas como categoria de análise desenvolvimento local, capital social e identidade a partir das contribuições de Oliveira (2001), Bava (2003) Bourdieu (2011), Putnam (2005), Castells (2008), Dubar (2009), Bauman (2005), entre outros. O percurso metodológico fundamenta-se na pesquisa bibliográfica, documental, na aplicação de entrevistas semiestruturadas junto às artesãs participantes da associação, das ex-participantes do grupo e da representante da Casa do Empreendedor de Caaporã e na análise do discurso das artesãs atualmente associadas. Como resultados, o estudo aponta para fragilidades nas relações sociais que dificultam a

existência do capital social no grupo impedindo de contribuir para o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local; Capital Social; Identidade; Artesanato; Organização social; Associação.

Abstract

The proposed article is the product of research conducted in the Postgraduate Diploma in Rural Extension and Local Development Program - POSMEX, Federal Rural University of Pernambuco. It aims to understand the role of social capital in the Association of Artisans Flor-de-Lis Caaporã - Paraíba under the local development. To this end, it was used as a category of social capital analysis and the identity from the contributions Oliveira (2001), Bava (2003) (Bourdieu (2011), Putnam (2005), Castells (2008), Dubar (2009), Bauman (2005), among others. The methodological approach is based on bibliographical research, documentary, in the application of semi-structured interviews with the participants of the association artisans, the former group members and the representative of Caaporã Entrepreneur of the House and analysis of Speaking of currently associated artisans. As a result, the study points to weaknesses in social relations that hinder the existence of social capital in preventing group to contribute to local development.

Keywords: Local Development; Social Capital; Identity; Handicraft; Association; Social organization.

Introdução

O objetivo deste artigo é compreender, pelo viés do capital social, a contribuição da Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã – PB para o desenvolvimento local. Busca-se, portanto, esclarecer a seguinte questão: na Associação de Artesãos Flor-de-Lis de Caaporã, quais aspectos do capital social encontram-se evidentes e quais destes aspectos estão ausentes ou fragilizam a relação do capital social para o desenvolvimento local? Entre os objetivos específicos estão: a) Identificar as características do capital social no grupo; b) Compreender os fatores que têm dificultado a organização do grupo.

Localizado na Microrregião do Litoral Sul e Mesorregião da Mata Paraibana, Caaporã apresenta como base econômica a agroindústria alcooleira, as olarias, o cultivo do coco e a agricultura de subsistência (Lima, 2014). Atualmente, diante da discreta oferta de oportunidades no mercado de trabalho local, observa-se uma grande demanda de jovens e adultos buscando ocupação na indústria e no comércio das cidades vizinhas de Goiana em Pernambuco ou na capital, João Pessoa.

Caaporã representa uma importante rota de acesso às praias turísticas do litoral sul paraibano Acaú e Pitimbu, sobretudo a partir da década de 1980 quando estas praias estimularam a ocupação humana com a construção de casas de veraneio. Porém, observa-se que apesar de ser acesso obrigatório às praias paraibanas pela PB-044, o município não desperta a atenção de visitantes em razão da aparente falta de investimento em infraestrutura e estímulo às potencialidades locais, a exemplo do artesanato desenvolvido a partir dos recursos naturais disponíveis e da habilidade dos sujeitos sociais já organizados na Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã.

Constituída por sete artesãs que desenvolvem trabalhos artesanais diferenciados, a associação é registrada em cartório desde 2004 e funciona atualmente sem sede própria. Seus membros utilizam as próprias residências para trabalhar com o artesanato ou promover reuniões para discutir interesses comuns.

Ações para o desenvolvimento das potencialidades locais já foram registrados no município, no entanto observa-se que não atingiram integralmente a Associação Flor-de-Lis, o que provoca questionamentos sobre como se apresenta o capital social no grupo.

O interesse no tema de pesquisa surgiu de conversas informais com uma das artesãs, líder do grupo, preocupada com o futuro do artesanato local e motivada a fortalecer a Associação, produzindo o artesanato a partir do “tecido do coco”, matéria-prima descartada durante a colheita do coco e utilizada para confecção de itens de decoração e utensílios.

Considerando o aspecto das relações sociais que proporcionam a união de pessoas entorno de atividades produtivas, a proposta pesquisa se debruça nos cânones do capital social e do desenvolvimento local.

Compreende-se que o capital social participa dos princípios do desenvolvimento local, tendo em vista que representa o recurso das pessoas e funciona como resultado das trocas entre elas facilitando a atividade produtiva (Coleman, 2001). Contribui, portanto, para o desenvolvimento local através dos cânones da identidade, da confiança, do cumprimento de normas e da cooperação, envolvendo a mobilização social de lideranças, instituições, empresas e habitantes que “(...) se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs (...)” (De Jesus, 2006, p. 26).

Para os sujeitos sociais de pequenas localidades a mobilização social para o desenvolvimento local apresenta base nas potencialidades endógenas (Buarque, 2004). Nessa direção, é possível visualizar o artesanato como uma potencialidade cultural

específica, capaz de motivar a organização de sujeitos sociais em torno de um objetivo comum.

Para a Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã o artesanato fornece sentido para organização do grupo, sobretudo motivados pela possibilidade de geração de renda vinculada a produção do artesanato. Neste contexto assinala Silva e Wizniewsky (1993, p.24):

Hoje as populações rurais, no intuito de elaborar estratégias de sobrevivência, continuam suas atividades não-agrícolas, adaptando-as ao novo sabor dos tempos. O artesanato que antes servia às necessidades do consumo interno passa agora a ser comercializado.

Desta maneira, acredita-se que a produção do artesanato local com base na organização dos atores sociais possibilita novas perspectivas de desenvolvimento socioeconômico para o Município de Caaporã a partir da Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã, pois, segundo Pereira (2007), a organização da comunidade é também requisito para a manutenção do desenvolvimento.

Em seus estudos sobre culturas populares, Canclini (1983) aponta para o que vai além das técnicas de produção do artesanato, abordando a complexidade das relações sociais que se manifestam em torno do artesanato e como esta manifestação simboliza um ambiente fecundo para compreensão da organização dos espaços e as práticas sociais dos sujeitos.

Assim, acredita-se que as contribuições que associam a organização em torno da atividade artesanal na ótica do capital social propostas neste estudo, podem ampliar a compreensão sobre as relações sociais no campo como também, apontar para perspectivas de desenvolvimento local relacionadas a organização do trabalho artesanal.

Este estudo tem como base metodológica a pesquisa qualitativa, predominantemente utilizada nas pesquisas em Ciências Sociais, com vistas a entender os fenômenos humanos e a realidade dos sujeitos. Trabalha, portanto, com aquilo que não quantifica, ou seja “(...) com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (Minayo, 2009, p. 21).

Afim de compreender desenvolvimento local, a rede de relações que conforma o capital social, as diversas identidades geradoras de significados materiais e simbólicos que dão sentido ao sujeito protagonista das transformações foram utilizados os pressupostos de Oliveira (2001), Bava (2003), Bourdieu (1998/2009/2011), Putnam (2001), Castells (2008), Bauman (2005), entre outros.

A coleta de dados envolve as técnicas de observação e entrevistas semiestruturadas. Estas técnicas associadas, contribuíram para estabelecer a confiança entre entrevistador e entrevistado (Marconi e Lakatos, 2003).

Quanto à análise dos dados coletados, optou-se pelo modelo da análise de discurso, partindo do pressuposto que as palavras têm sentido além delas mesmas a partir do discurso Orlandi (2007). Propõe-se, portanto, saber se as relações estabelecem sentido comum entre as entrevistadas e se os discursos apresentam vínculo com as relações de força.

O universo dos entrevistados neste estudo é constituído por dez participantes entre membros da associação, ex-participantes do grupo e uma representante da Casa do Empreendedor de Caaporã, espaço administrado em parceria com a Prefeitura de Caaporã, Banco do Brasil, Clube dos Dirigentes Lojistas (CDL) e o Sebrae – Serviço de Brasileiro de Apoio ao Empreendedor - que entre outras questões oferece apoio aos artesãos locais.

Para assegurar a integridade dos entrevistados seus nomes não foram divulgados, sendo os mesmos identificados por números e adotados nomes fictícios na exposição de suas ‘falas’ e nos comentários sobre seus discursos.

Sobre o perfil dos participantes desta pesquisa o quadro 1 destaca as seguintes informações:

Quadro 1 – Perfil dos entrevistados

Entrevistada	Idade	Escolaridade	Naturalidade	Ocupação principal	Tipo de artesanato
Artesã participante 1	38	Superior incompleto	Goiana - PE	Agente comunitário de saúde	Pintura em cabaças, biscuit
Artesã participante 2	32	Superior incompleto	Arcoverde – PE	Artesã	Crochê, bordados, macramê, pinturas em tecido, trabalhos com bucha vegetal e tecido do coco
Artesã participante 3	53	Médio completo	São José do Cordeiros – PB	Costureira	Pintura em tecido, bordado com fitas
Artesã participante 4	62	Médio completo	Goiana - PE	Aposentada	Bonecas de pano, fuxico
Artesã participante 5	44	Médio completo	Palmares - PE	Confeiteira	Pintura em tecido, crochê, trabalhos com bucha vegetal

Artesã participante 6	55	Médio completo	Alhandra - PB	Artesã	Esculturas em barro, trabalhos com ráfia
Artesã participante 7	47	Médio completo	Caaporã - PB	Feirante	Crochê, pintura em tecido, bonecas de pano
Artesã ex-participante 1	69	Fundamental I incompleto	Pedras de Fogo - PB	Artesã	Cestarias em cipó
Artesã ex-participante 2	56	Superior incompleto	Caaporã - PB	Artesã	Trançado em “palito de coqueiro”
Representante Casa do Empreendedor de Caaporã	32	Superior	João Pessoa – PB	Agente de desenvolvimento/ Sebrae	_____

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

As entrevistas semiestruturadas seguiram um roteiro segmentado em cinco blocos que contemplam: perfil socioeconômico, atividade do artesão, relações sociais e identidade, uso e consumo proveniente do artesanato, organização e perspectivas de desenvolvimento local. Os resultados das entrevistas foram confrontados com as categorias de análise sugeridas nesta pesquisa, com a intenção de compreender o papel do capital social na Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã – PB no âmbito do desenvolvimento local.

O diálogo entre Desenvolvimento Local, Capital Social e Identidade

A sociedade em seus grupos distintos, regula conflitos e determina as relações de poder definindo a composição do capital social que auxilia no desenvolvimento local. É deste princípio que se origina a mudança social que pode iniciar num pequeno grupo da periferia e tomar dimensões socialmente maiores, transformando a sociedade “por dentro” e fornecendo condições apropriadas ao desenvolvimento (Franco, 2001, p.153).

Alguns autores defendem a relação capital social e desenvolvimento local afim de compreender os aspectos de prosperidade de grupos ou localidades. Para Santiago e Tassigny (2010), os paradigmas construídos sobre capital social contribuem para compreender o desenvolvimento local a partir de uma visão democrática, considerando instituições que praticam a confiança, o associativismo e a cooperação.

De forma semelhante, De Paula (2001, p.142) relaciona o crescimento do capital social as melhores condições de se obter desenvolvimento local, envolvendo “níveis de confiança, ajuda mútua e organização social”.

É no campo das relações sociais onde se encontram formas de constituir capital social necessário para existência do desenvolvimento local. Segundo Bava (2003) as alianças estabelecidas são geradas no campo do conflito, onde atores sociais externam problemas e formulam soluções que contribuem para o processo de desenvolvimento local. Nesta concepção, os conflitos podem surgir das relações entre os grupos locais, podendo resultar em acordos de interesses comuns e na possibilidade do desenvolvimento local.

Oliveira (2001) compartilha com Bava (2003) a ideia de que o desenvolvimento local pode ocorrer no campo do conflito. Portanto, é preciso refletir sobre paradigmas construídos a partir da simples mensuração de desenvolvimento local como qualidade de vida e compreender que a cidadania é princípio o indicativo de bem-estar e qualidade de vida que constituem o desenvolvimento local a partir de um “(...) indivíduo autônomo, crítico, reflexivo, longe, portanto, do indivíduo-massa” (Oliveira, 2001, p. 13).

Por este viés é possível verificar, de uma maneira geral, que as relações sociais ao mesmo tempo que caminham no solo fecundo da democracia, da descentralização do poder e da autonomia, podem projetar interesses individuais preconizados pelas lideranças aceitas pelos grupos. Neste caso, é relevante compreender como se dão as relações sociais na perspectiva do capital social, bem como se processam os conflitos nos grupos sociais, sendo possível identificar a relação condicional do capital social para o desenvolvimento local.

Os cânones que constituem o paradigma do capital social parecem estar associados a ações coordenadas com base na confiança, normas, cooperação, entre outros aspectos, que auxiliam na construção de algo em comum. Nesta direção, autores como Robert Putnam (2001) e James Coleman (2001) buscam esclarecer que a organização social se fundamenta em características inerentes às relações sociais e estas são capazes de instituir relações autônomas se comparadas as arcaicas relações de dependência as iniciativas públicas.

Para Coleman (2001), o capital social apresenta-se como um recurso das pessoas e se reproduz em diferentes formas caracterizadas através da interação entre membros de uma mesma família ou traços étnicos semelhantes que compõe um grupo fechado com interesses comuns e sugere o sentido de identidade do grupo. Também aponta características como a organização, que posiciona o pensamento de determinado grupo sobre um dado assunto em defesa de um ponto de vista comum, as normas sociais que oferecem proteção e segurança a determinados grupos e as obrigações que os membros do grupo tem uns com os outros.

Numa perspectiva institucionalizada Putnam (2001), relaciona capital social as formas de organização pautadas nas relações de confiança, normas e cooperação em

determinada comunidade. Estas comunidades tomam como base o compromisso cívico, sem a dependência exclusiva da iniciativa pública, constituindo uma rede de reciprocidade organizada e solidariedade cívica representadas por instituições criadas por interesses comuns. Para o autor, [...] el ‘capital social’ se refiere a características de la organización social, como por ejemplo redes, normas e confianza, que facilitan la cooperación e la coordinación em beneficio mutuo” (Putnam, 2001, p.90).

Bourdieu (2011) também atribui ao capital social uma rede de relações, entretanto baseia-se numa rede durável de vínculos estimulada pelos benefícios materiais e simbólicos assegurados aos membros de um grupo. O grupo, fortalecido pela solidariedade denota sentido de pertencimento sobre os benefícios disponíveis.

Assim, a rede é resultado de um trabalho contínuo de produzir e reproduzir vínculos duráveis e úteis através de um intercâmbio que transforma o que é intercambiado em signos de reconhecimento. Portanto, tanto o reconhecimento mútuo quanto o reconhecimento de pertencimento a um determinado grupo, resultam nos limites para grupo. Estes limites podem ser modificados a cada novo participante, com tanto que seja conveniente para todos. Isto motiva, de acordo com Bourdieu, a reprodução do capital social (Bourdieu, 2011).

Para Ortega e Matos (2013), Bourdieu analisa o capital social no âmbito dos conflitos relacionados ao poder. Para ele, o conflito está presente no cotidiano dos indivíduos tanto no campo de força, quanto de luta, conforme o *habitus*, o seja, de acordo com o comportamento, estilo de vida, valores morais no meio social em que está inserido o indivíduo (Bourdieu 2006 *apud*, Ortega e Matos, 2013).

Dessa forma, o *habitus* não se apresenta exclusivamente no comportamento individual do agente social, mas também nas semelhanças das histórias dos indivíduos, que se reconhecendo em suas práticas, reúnem-se resultando em ações coletivas, assim como ocorre na Associação de Artesãos de Caaporã, objeto de estudo desta pesquisa (Bourdieu, 2009, p.98).

Portanto, quanto maior a rede de relações e o seu número de recursos, maior o volume de capital social. Tais redes, são produto de “[...] estratégias de investimento social consciente ou inconsciente orientadas para a instituição ou a reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis” (Bourdieu, 1998, p.68). Quando consolidadas as redes estabelecem um sistema de troca de signos em níveis de relação distintos (parentes, amigos, vizinhos), gerando reconhecimento mútuo.

As contribuições de Bourdieu sobre capital social renderam novas perspectivas acerca do termo. Portes (2000, p.135) apresenta o termo “capital social negativo” para destacar consequências negativas do capital social em um grupo. Nessa perspectiva, o

capital social pode apresentar distorções que podem ser consideradas compreensíveis sobre a perspectiva individual e não coletiva.

Entretanto, a rede de relações apontada por Bourdieu parece seguir a direção do coletivo, cuja presença de capital social pode ser atribuída a ideia do conflito relacionado ao poder e das relações sociais atuantes nos diversos campos. Paralelamente, verifica-se em Putnam a relevância do significado de capital social sobre o prisma da institucionalização das redes, normas, confiança (pela via da reciprocidade, dos relacionamentos horizontais e do associativismo voluntário) e da cooperação.

De acordo com Ortega e Matos (2013, p.55), tanto Bourdieu como Putnam compactuam de uma visão instrumentalista a partir dos seus posicionamentos sobre estrutura social, seus modos de organização e empoderamento. Neste sentido, é possível admitir que sujeitos empoderados podem assumir valores de identidades vinculados ao sentimento de pertencimento ou de referência que contribuem para a constituição das redes de relacionamentos.

De acordo com Castells (2008), a identidade pode ser observada no sentido simbólico individual, mas também se constitui a partir de uma ‘sociedade em rede’, pela qual indivíduos se tornam atores sociais ao organizarem-se em torno de uma sociedade secundária dando sentido a identidade coletiva.

Assim, que a construção da identidade é norteada pela socialização do indivíduo. Nesse contexto é considerada sua história particular e as relações sociais constituídas ao longo de sua vida (Dubar, 2005).

Considerando as discussões sobre a relação entre capital social e desenvolvimento local, este estudo segue buscando a compreensão da rede de relacionamentos constituída na Associação de Artesãos de Caaporã, cogitando a dinâmica das relações existentes e se estas relações corroboram para o desenvolvimento local.

A compreensão do desenvolvimento local e capital Social no contexto da associação: afinal, o que une a rede?

O ambiente onde as relações ocorrem é dotado de trocas simbólicas e de reconhecimento mútuo com o mínimo de homogeneidade (Bourdieu, 1998). Na Associação Flor-de-lis esta homogeneidade observada em Bourdieu ocorre quando as artesãs compartilham o prazer em produzir artesanato e trocam saberes no momento em que se reúnem. Entretanto, cabe compreender se estes aspectos são suficientes para existência de capital social.

Foram observados aspectos controversos ao bom relacionamento no grupo, particularmente relacionados a questão de representação no grupo, segundo Bourdieu (1998) um dos agentes responsáveis em regular e distribuir capital social entre os membros, evitando concorrência interna indevida.

Segundo relatos das associadas, a presidente da associação apresenta falhas de comunicação com o grupo e dificuldade em assumir compromissos, algo admitido pela própria presidente da associação. Curiosamente, em entrevista, a própria presidente admite não ter tempo para se dedicar ao grupo devido as suas atribuições diárias com outras atividades.

Outros aspectos que sinalizam problemas de relacionamento no grupo são apontados pela própria presidente. Para ela, a indisponibilidade de membros do grupo quanto ao estabelecimento de alguns compromissos é algo recorrente, a exemplo das tentativas frustradas de reuniões.

Apesar da insatisfação das associadas quanto ao comprometimento para com a associação, é no momento das reuniões que as mesmas se realizam trocando experiências, buscando por soluções para o desenvolvimento do grupo e reforçando os laços de amizade através das conversas informais. Portanto, nestes encontros observa-se a intenção de manterem-se integradas a uma instituição coletiva. Na perspectiva de Putnam (2005, p.103-104) utilizar as associações como meio de consolidar as relações sociais apresenta benefícios que corroboram com a existência do capital social, pois:

No âmbito interno, as associações incutem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público [...]. A participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos.

A partir da contribuição de Putnam (2005), compreende-se que a constituição de uma associação apresenta relação com os princípios do capital social, tendo em vista que a participação dos sujeitos nas atividades designadas para no grupo estimulam aspectos como a cooperação, a responsabilidade e a solidariedade.

No caso da Associação Flor-de-lis, percebe-se que a participação dos seus membros se concentra na identificação com a atividade artesanal, na relação afetiva entre os membros e na possibilidade do benefício financeiro. Aliás, este último aspecto é visto pela artesã participante 5 como principal fator de integração do grupo para o trabalho pois, não há vontade espontânea de assumir responsabilidades conforme expressa em sua fala: “(...) se você disser que tem dinheiro ou vai ganhar alguma coisa é que o povo vem. Mas para vir de livre e espontânea vontade é muito difícil” (Artesã Participante 5).

O aspecto aparentemente negativo levantado pela artesã participante 5 representa para Druston (2000) algo peculiar ao capital social desde que não implique no usufruto injusto dos esforços dos participantes. Neste sentido, a motivação para composição de uma rede que pratica a responsabilidade, cooperação e solidariedade pode estar relacionada a aspectos que tocam na satisfação emocional de natureza social, mas também pela satisfação de necessidades materiais básicos individuais ou coletivas (Druston, 2002).

Ao aplicar a o pensamento de Druston (2000/2002) na perspectiva na Associação Flor-de-lis, percebe-se que o interesse pelo trabalho coletivo atrai grande número de interessados para associação quando a proposta assegura retorno financeiro, a exemplo de parcerias públicas ou privadas que envolvem investimentos. Como isto não ocorre atualmente, permanecem no grupo apenas aqueles que buscam satisfazer as necessidades de natureza emocional como: o fortalecimento de laços afetivos ou a troca de saberes.

Assim, compreende-se que atualmente a rede de relacionamentos construída pela Associação Flor-de-lis se apresenta pautada basicamente na satisfação da convivência com pessoas de habilidades em comum. Entretanto, cabe conferir no grupo como se apresenta o sentido de pertencimento e a constituição das identidades que contribuem na composição de capital social.

A Associação Flor-de-lis apresenta um perfil heterogêneo de tipos de artesanato produzidos que ganham significados distintos para cada artesã. Caso estes significados sejam compartilhados, é possível que sejam observados objetivos comuns construídos a partir das experiências, influenciando sujeitos e servindo de apoio para chegar em determinado objetivo (Bauman, 2005).

Entre as artesãs que iniciaram a atividade na fase adulta através de cursos ou como autodidatas, o significado do artesanato está vinculado a sensação de prazer, representando uma espécie de bálsamo que suaviza as tensões do cotidiano repleto de afazeres domésticos e profissionais, além de ser uma fonte extra de renda.

Numa perspectiva diferente, as associadas que iniciaram a atividade na infância atribuem ao artesanato um significado simbólico associado ao convívio familiar ou experiências passadas com pessoas mais velhas, as quais nutriram vínculo afetivo antes ou durante a aprendizagem da atividade. Estas entrevistadas têm o artesanato como ocupação principal e vinculam a atividade a memória da infância. Este significado, fruto do conhecimento adquirido em ações e reflexões empíricas de caráter subjetivo, Bourdieu (1989) identifica como *habitus*.

Assim, entende-se que o significado dado ao artesanato se apresenta de maneiras diferentes entre as artesãs, partindo do sentido comum do bem-estar ao desejo pelo resultado financeiro que auxilia suas famílias.

Sobre a associação, o significado que predomina entre as artesãs está relacionado a perdas e raras providências para o desenvolvimento do grupo, resultado da individualização do trabalho e até mesmo do abandono da associação por algumas artesãs. Neste sentido, é possível que se tenha gerado um sensível sentimento de decepção e incredibilidade, vinculada a falta de atitudes individuais ou coletivas para o desenvolvimento do grupo.

Com relação ao significado das artesãs sobre os membros do grupo, observou-se algum reconhecimento. As artesãs não descartam a importância de todas as participantes no grupo para a associação conforme expressam: “Toda a associação tem que ter um grupo. Se as pessoas não existirem a associação não existe, então cada membro é importante” (Artesã Participante 7).

Por outro lado, quando questionadas sobre como a população do município vê o grupo, a maioria acredita não haver valorização ou reconhecimento, nem mesmo quando a associação possuía o quiosque onde eram comercializados os artesanatos. De acordo com seus relatos os momentos de valorização da população quanto aos seus trabalhos ocorreram em eventos esporádicos promovidos pelo município. Para elas o reconhecimento da associação pela população local não existe, fator que inspira fragilidade na identidade do grupo.

Acrescenta-se a estes aspectos a ausência de símbolos que identifiquem o grupo. Apesar da diversidade de tipos de artesanatos produzidos pelas artesãs nenhum deles parece afirmar a identidade do grupo e torna-lo conhecido perante a comunidade.

Assim, as evidências que melhor apontam o sentimento de pertencimento ao grupo estão ancoradas, basicamente, na habilidade e no prazer das artesãs em produzir artesanatos, o que significa a identificação unânime com a atividade. No entanto, preocupa a maneira com que cada sujeito se encontra concentrado em seu próprio *habitus*, produzindo ressignificados individuais raramente compartilhados no grupo e que, portanto, podem distanciar as identidades entre os sujeitos.

Além da identidade, a compreensão da rede de relacionamentos permite observar como os sujeitos estabelecem o cumprimento de normas, a confiança e a cooperação que caracterizam capital social (Putnam, 2005). Estes são alguns dos indicadores triviais que constituem o princípio de que o capital social “(...) permite ações cooperativas comunitárias e resolve os problemas comuns da coletividade” (Barquero, 2003, p.95).

Na Associação Flor-de-lis é possível identificar que os laços de amizade refletem sobre o nível de confiança entre seus membros. Neste sentido, assinala Barquero (2003, p.100), “acredita-se que, ao fazer parte de associações, as pessoas desenvolvem interações entre si, aumentando a possibilidade do desenvolvimento de confiança recíproca entre elas”.

Entre as entrevistadas, apenas a artesã participante 5 levantou dúvidas quanto o estabelecimento de confiança no que se refere a falta de clareza na aplicação das mensalidades recolhidas das associadas. Segundo Portes (2000, p.140), “(...) a confiança exigível é assim apropriável tanto por dadores como por beneficiários: para estes, facilita obviamente o acesso a recursos; para os primeiros, gera a aprovação e facilita as transações, visto que as protege de condutas ilícitas”.

É pertinente esclarecer que entre as entrevistadas não houveram acusações sobre atitudes ilícitas de seus representantes quanto a administração dos recursos, porém, cabe alertar que a falta de comunicação eficiente entre liderança e membros sobre o destino dos recursos coletivos podem fragilizar a confiança no grupo a partir de dúvidas unilaterais reproduzidas as demais associadas.

Percebe-se também no grupo a falta de capacidade em assumir compromissos, aspecto que segundo Ortega e Matos (2013) fortaleceria a cadeia das relações sociais. Entre as artesãs, este não comprometimento pode ser visto na falta de empenho na produção do artesanato para participação em feiras e exposições justificada pela falta de recursos financeiros ou tempo disponível as atividades do grupo, ou mesmo na inadimplência das mensalidades da associação.

As limitações quanto ao compromisso dos membros do grupo também podem ser observadas por um ângulo externo. Segundo a agente de desenvolvimento da Casa do Empreendedor, foram vários os convites não atendidos para reuniões entre membros da Associação e representantes da instituição especialistas em empreendedorismo.

Com relação ao cumprimento de normas ou regras estabelecidas, a maioria das artesãs admite não ter dificuldades em cumprir o que é estabelecido nas reuniões, demonstrando alguma disponibilidade em realizar tarefas propostas e acatadas pelo grupo. Entretanto em algumas falas percebe-se que a falta de confiança nas atitudes da liderança põe em risco uma possível colaboração das participantes.

É relevante colocar que estes aspectos acrescentam as percepções sobre os níveis de confiança existentes no grupo e que tendem a influenciar no cumprimento de normas e a vontade de colaborar ou cooperar em benefício mútuo (Putnam, 2005). Para alguns autores, uma vez comprometidos, estes níveis de confiança podem contribuir para existência do capital social negativo.

Portes (2000) explica que o capital social também pode apresentar resultados contrários aos apresentados com frequência na literatura, pois o seu caráter empírico pode resultar em efeitos adversos como: a limitação de terceiros ao grupo em razão dos fortes laços estabelecidos, a restrição a iniciativas empresariais impedindo o êxito dos membros, a exigências para seguir normas ou regras estabelecidas pela comunidade promovendo uma espécie de controle social que impede a liberdade individual dos sujeitos, a exclusão de membros do grupo motivada pela não adequação às normas estabelecidas.

Para Robison *et al.* (2003), as características do capital social negativo apontam para os sentimentos de antipatia por uma pessoa ou um grupo, resultado da falta de pontos de coincidência entre os membros, conflitos relacionados com resultados econômicos, valores, poder e informação. Para estes autores, esta antipatia envolve sentimentos de negação, falta de interesse, falta de respeito, hostilidade, desprezo, falta de responsabilidade ou desconfiança para com o outro ou para com o grupo.

É importante salientar que não é objetivo desta pesquisa vincular as características do capital social negativo as relações estabelecidas na Associação Flor-de-lis, entretanto, convém observar que este tipo de capital social pode se apresentar no grupo quando os sujeitos envolvidos manifestam comportamentos contrários às características do capital social.

Assim, além de identificar a sua existência, ausência, ou mesmo sua versão oposta, vista como capital social negativo, é pertinente entender como os membros da Associação de Artesãos Flor-de-lis se organizam para o trabalho e como cooperam entre si para o desenvolvimento da associação.

A organização para o trabalho com artesanato tem sido um desafio para a associação, comprometendo o sentido de cooperação. Entre as dificuldades de organização apontadas pelas associadas, estão: falta de participação nas reuniões, falhas na comunicação entre a presidente da associação e demais artesãs, falta de apoio financeiro do município ou da iniciativa privada e de um local para a venda e produção do artesanato.

Este é um cenário que requer atenção pois, de acordo com Druston (2002), é a partir da cooperação que ações se complementam para alcançar objetivos em torno de um empreendimento comum.

A cooperação existente no grupo parece se sustentar na participação das esporádicas reuniões e na irregular contribuição com uma mensalidade em benefício da associação. Na prática, a inadimplência das mensalidades junto às associadas esgota mais uma possibilidade de cooperação como um reflexo da falta de retorno das associadas sobre aquilo que investem na produção do artesanato de forma individual.

Uphoff (2003) aponta este aspecto como cooperação egoísta, quando a desistência de ações coletivas supera gastos individuais efetivos ou previstos com a produção e venda de produtos, fazendo com que cada sujeito busque seu próprio benefício sem assumir novos ou antigos tributos obrigatórios estabelecidos para o bem comum.

Sobre este aspecto, é interessante observar que a maioria das artesãs pensa primeiramente no lucro individual quando trabalham para expor e vender o artesanato. As artesãs contrárias ao lucro coletivo justificam seu posicionamento alegando que os membros não trabalham num mesmo tipo de artesanato, e que por isso é impossível pensar no lucro dividido por todos.

Assim, compreende-se que estas refletem da maneira negativa no sentido da cooperação, pois, se para cooperar os sujeitos se complementam em torno que um objetivo comum (Druston, 2002) o cenário da Associação Flor-de-lis representa o individualismo e a falta de reciprocidade considerados aspectos antagônicos aos princípios do capital social (Franco, 2001).

Enfim, a cooperação, salutar para existência do capital social, apresenta pontos frágeis que dificultam a existência do capital social. Atualmente, desmotivadas, as artesãs apenas aguardam por iniciativas públicas ou privadas que fortaleçam o tecido social existente e enquanto isso distancia-se possibilidade de um novo viés para o desenvolvimento local.

Conclusão

O proposto artigo buscou compreender como se apresenta o capital social da Associação Flor-de-lis, no âmbito do desenvolvimento local, afim de entender, entre outros aspectos, o que tem dificultado a organização do grupo.

Como resultados, foram verificadas fragilidades quanto ao capital social na Associação Flor-de-lis. Questões como a identidade entre as artesãs encontraram respaldo no bem-estar que proporciona a atividade e na possibilidade de trocas de saberes em momentos raros de reunião com o grupo, algo justificado pela falha da comunicação entre as participantes e pela precária liderança que representa o grupo.

Em seus discursos, as artesãs demonstram prazer em realizar as atividades artesanais junto a outras participantes, porém na prática não há interesse em trabalhar pela associação. A produção do grupo ocorre de maneira individual, o que não oferece suporte ao sentido de cooperação característico ao capital social. Cada artesã produz o artesanato que tem habilidade e de acordo como o número de encomendas solicitadas, não estando preparadas para assumir novos compromissos como eventos. Neste sentido, o isolamento das atividades promove o distanciamento entre os membros do grupo e a

falta de integração entre as artesãs em qualquer fase do processo produtivo. Assim, cada associada segue perseguindo seus próprios interesses.

Analisando o período em que havia uma sede para produção, exposição e venda do artesanato, verifica-se que da mesma forma interesses particulares se sobrepõem aos interesses comuns. Trabalhando na sede as artesãs não assumiram o compromisso da reposição do artesanato a ser vendido, como também não deram conta dos turnos de trabalho, havendo a necessidade de contratar uma vendedora.

Desta forma, constatou-se que a sede, apesar de ser apontada constantemente pelas artesãs como principal motivo da falta de organização do grupo, não representa o real fator complicador para integração das artesãs, cabendo afirmar que as dificuldades de organização da associação relacionam-se com as fragilidades presentes na rede de relacionamentos.

De maneira geral, percebe-se que a confiança depositada na liderança do grupo apresenta fraquezas. As associadas acreditam que sua líder não dispõe de tempo para dedicar-se as demandas da associação, além disso lhe falta clareza para discutir o encaminhamento dos recursos arrecadados com as mensalidades.

Quanto ao cumprimento de normas observou-se que não existem estatutos pelos quais os associados possam orientar-se, entretanto uma questão simples, como o pagamento das mensalidades em data pré-estabelecida e acordada por todas as artesãs não ocorre, ocasionando a perda da reserva financeira que apoiaria na participação em eventos ou na possibilidade de reaver a sede a partir de recursos próprios.

Assim, tendo em vista as fragilidades nas relações sociais que dificultam a existência do capital social verificadas neste artigo, incluindo algumas características do capital social negativo, é possível admitir que a Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã não apresenta características necessárias para contribuir com o desenvolvimento local. Entretanto, como alternativa de mudança do atual cenário, parcerias com outras redes poderiam fortalecer o tecido social fragilizado da associação, criando novas perspectivas de organização.

Referências

- Barquero, M. (2003). *Construindo uma Outra Sociedade: O Capital Social na Estruturação de Uma Cultura Política Participativa no Brasil*. Revista Sociologia Política. Curitiba, nº21, p. 83-108, nov.
- Bauman, Z. (2005). *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bava, S. (2003). *A produção da Agenda Social: uma discussão sobre contextos e conceitos*. Cadernos Gestão Pública e Cidadania. v. 31. Ago.

- Bourdieu, P. (2011). *Las Estrategias de la Reproducción Social*. Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores.
- Bourdieu, P. (2009). Estruturas, Habitus, Práticas. *O Senso Prático*. Petrópolis: Vozes.
- Bourdieu, P. (1998). O Capital Social – Notas Provisórias. En Nogueira, M. A.; Catani, A. (Orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes.
- Bourdieu, P. (1998). A Gênese dos Conceitos de *Habitus* e de Campo. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, p.59-73.
- Buarque, S. (2004). *Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável: Metodologia de Planejamento*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Canclini, N. (1983). *As Culturas Populares no Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense.
- Castells, M. (2008). *O poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra.
- Coleman, J. (2006). Capital social y creación de capital humano. En Herreros, F.; Francisco, A. de. (Comps). *Zona Abierta – Capital Social*.
- De Jesus, P. (2006). Sobre Desenvolvimento Local Sustentável. Algumas considerações conceituais e suas explicações em projetos de pesquisa. En Filho, A. do R. Maciel; Pedrosa, I. V.; Assunção, Luiz M. de O. *Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável*. Recife: Editora, p. 17-37.
- De Paula, J. (1998). Desenvolvimento & gestão compartilhada. En Silveira, C. M.; Reis, L. da C. (Orgs.). *Desenvolvimento Local: Dinâmicas e Estratégias*. Rio de Janeiro: Rede DLIS.
- Dubar, C. (2005). *A Socialização: Construção das Identidades Sociais e Profissionais*. São Paulo: Martins Fontes.
- Druston, J. (2002). *El Capital Social Campesino en la Gestión del Desarrollo Rural*. Santiago de Chile: CEPAL.
- Druston, J. (2000). *Que és el Capital Social Comunitário*. Santiago de Chile: CEPAL.
- Franco, A. (2001). O conceito de capital social e a procura de um índice sistêmico de desenvolvimento local integrado. En Silveira, C. M.; Reis, L. da C. (Orgs.). *Desenvolvimento Local: Dinâmicas e Estratégias*. Rio de Janeiro: Rede DLIS.
- Lima, L. (2014). *A História de Caaporã*. 2ed. João Pessoa: União.
- Marconi M.; Lakatos, E. (2003). *Fundamentos da Metodologia Científica*. 5 ed. São Paulo: Atlas.

- Minayo, M. (2009). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Orlando, E. (2007) *Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos*. 7 ed. Campinas: Pontes.
- Ortega, A.; Matos, V. (2013). Território, Desenvolvimento Endógeno e Capital social em Putnam e Bourdieu. Florianópolis: *Revista Política e Sociedade*, vol.1, n.24, mai./ago.
- Pereira, S. (2007). Processos Tangíveis e Intangíveis de Desenvolvimento Local. Fortaleza: *Revista Econômica do Nordeste*, v.38, n.2, abr./jun.
- Portes, A. (2000). Capital social: Origens e Aplicações na Sociologia Contemporânea. *Sociologia, Problemas e Práticas [online]*. n.33, p. 133-158.
- Putnam, R. (2005). *Comunidade e Democracia: a Experiência da Itália Moderna [E-BOOK]*. 4 eds. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Putnam, R. La Comunidad próspera. El Capital Social e la Vida Pública. En Herreros, F.; Francisco, A. de. (Comps) (2001). *Zona Abierta – Capital Social*, p. 89-104.
- Santiago, A.; Tassigny, M. (2010). *Capital Social de Desenvolvimento Local: Perspectiva de Combate à Pobreza nos Países Periféricos e de Fortalecimento da Instituições Democráticas*. Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI. Fortaleza: jun.
- Silva, M.; Wizniewsky, J. (1993). A produção do artesanato como estratégia de reprodução na agricultura familiar na comunidade Vila Progresso no Município de Caçapava do Sul – RS. Santa Maria: *Revista Extensão Rural*. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Rurais. Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural. n.1. jan. /dez.
- Uphoff, N. (2003). El Capital Social y la Capacidad de Reducción de la Pobreza. En Atria, R.; Siles, M.; Arriagada, I.; Robison, L. J.; Whiteford, S. *Capital Social y Reducción de la Pobreza en América Latina y el Caribe: En Busca de un Nuevo Paradigma*. Santiago de Chile: CEPAL.
- Valladares, C. (1980). *Artesanato Brasileiro*. 2 eds. Rio de Janeiro: FUNARTE.